

FONE: (42)3907-3151

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25 26

27

28

29

30

31 32

33

34 35

36

37

38

39

40

41

42

43

44 45

46

## Conselho Municipal de Saúde

Leis 2812 - 2813/08 - 4650/19

Rua Coronel Pires, n°826 – CAM – Centro- 84500-059/IRATI-PR e-mail: <a href="mailto:conselhosaudeiratipr@gmail.com">conselhosaudeiratipr@gmail.com</a> FONE: (42) 3132-6211

Ata nº 19/2021. Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, foi realizada a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Irati, na Casa dos Conselhos Municipais. A reunião teve início com a presidente realizando a conferência do quórum, que fechou em nove. Em seguida, Carla expõe que irá se ausentar da reunião antes do término, por questões pessoais, coloca para aprovação as atas n°05; n°06; n°07; n°08; n°09; n°11; nº12; n°13; n°14; n°15; nº16; n°17; nº18, expõe que todas as atas foram encaminhadas no grupo de WhatsApp, sendo todas aprovadas sem alterações. Em continuidade, Carla passa a palavra para a Assistente Social Maria Helena Orreda, a qual inicia a sua fala, agradecendo pelo espaço, e expõe que houve uma deliberação do Conselho da Comunidade, o qual a mesma faz parte, determinando que os mesmos buscassem uma oportunidade de apresentar a PNAISP ao Conselho Municipal de Saúde, para que essa política pública seja amplamente divulgada à sociedade; relata que é assistente social e está no Conselho da Comunidade em período integral desde o ano de 2013, trabalhando com a população privada de liberdade; explica que o Conselho da Comunidade é um órgão da execução penal que nasceu em 1984; expõe sobre a Constituição Federal de 1988 e através da constituição, nasceu o SUS, que é de direito para todos, relata que o Conselho da Comunidade de Irati foi fundado em 1999, prestando assistência às pessoas privadas de liberdade, dessa forma, a assistência ao preso desde então teve uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde em ações pontuais; a assistência da saúde do preso com ações programadas, começaram em 2013, onde se iniciou uma parceria mais forte com a Secretaria de Saúde, no sentindo da disponibilização de um médico uma vez por semana, para fazer as consultas dentro da carceragem; relata que no ano de 2014 foi realizada a criação da PNAISP, sendo incorporado pelo Estado, porém, alguns municípios ainda não aceitaram essa incorporação. Relata que atualmente na cadeia pública de Irati tem 97 presos, porém, por um certo período teve quase 150 presos, sendo um espaço destinado a 32 pessoas. Relata que a Secretaria Municipal de Saúde, fornece consultas médicas semanais, exames laboratoriais e de imagem, medicamentos entregues pela farmácia popular, encaminhamentos para consultas especializadas, dentistas por agendamento, vacinas, incluindo a vacina para COVID-19 (relata que durante o ano de 2021 teve dois óbitos decorrentes da COVID-19), testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatite e o devido tratamento quando detectado, pesquisa e tratamento da tuberculose, atendimentos de emergência no PA, realizações de curativos, injetáveis e outros, orientações de saúde, entre outras diversas ações; relata que tudo o que é preciso é disponibilizado através da secretária de saúde e sua equipe. Em continuidade, Maria Helena fala sobre a Política de Promoção da Equidade em Saúde, relata que as pessoas privadas de liberdade fazem parte das políticas públicas de saúde, sendo uma população que faz parte de uma atenção especial da saúde; relata que atualmente no Estado existe um grupo condutor para a implementação da PNAISP, sendo composto pela SESA, SESP, COSEMS; explica que a adesão a PNAISP que está sendo avaliada pela Secretaria Municipal de Saúde e hoje a mesma vem apresentar para a avaliação do Conselho Municipal de Saúde, pois se trata de uma questão muito importante, onde através dessa política pública pode ser credenciado uma equipe, podendo ser a equipe de Saúde à Família, ou atenção básica, uma equipe que já existe, para seis horas semanais, realizarem o atendimento que já vem sendo realizado: explica que se o município optar em aderir, será necessário realizar alguns ajustes no atendimento; ressalta que não será necessário a contratação de profissionais, somente a realocação de seis horas semanais; explica que atualmente, com os atendimentos que são



47

48

49

50

51

52

53

54 55

56

57

58 59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70 71

72

73 74

75

76 77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89 90

91

92 93

## Conselho Municipal de Saúde

Leis 2812 - 2813/08 - 4650/19

Rua Coronel Pires, n°826 – CAM – Centro- 84500-059/IRATI-PR e-mail: <a href="mailto:conselhosaudeiratipr@gmail.com">conselhosaudeiratipr@gmail.com</a> FONE: (42) 3132-6211

realizados, passam de seis horas semanais. Expõe que como o município de Irati tem até cem pessoas privadas de liberdade, o atendimento deve ser de seis horas semanais, e se realizada a adesão da PNAISP o município recebe o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a nível Federal, mais 20% do valor a nível de Estado, além de outros benefícios; ressalta que aparentemente são valores pequenos, mas o município já vem realizando o atendimento; repassa quais os municipais já fizeram a adesão da PNAISP, sendo Catanduva, Prudentópolis, Cruzeiro do Oeste, Ivaiporã, Piraguara, dentre outros; relata que está acontecendo uma movimentação a nível de Estado para que ocorra a adesão em outros municípios. Em seguida, Carla questiona se o município de Irati já aderiu; Maria Helena explica que ainda não, pois está em análise da Secretaria Municipal de Saúde; Jussara se disponibiliza em encaminhar a portaria no grupo para que os conselheiros ajudem a Secretaria a analisar. O conselheiro José Jair, questiona se o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) é por preso; Maria Helena explica que não, é um valor mensal; ressalta que a Secretaria já vem realizando o atendimento, expõe que a maioria das pessoas privadas de liberdade do município são idosas; já houve gestantes e foi realizado o acompanhamento da gestação; pessoas com tuberculose e realização do tratamento; quando realizado os testes de HIV, Sífilis e Hepatite, sempre tem pessoas diagnosticadas com essas doenças. O conselheiro Jair questiona qual a capacidade da carceragem de Irati, e Maria Helena explica que a carceragem possui capacidade para 32 pessoas, mas atualmente tem 97 pessoas. Em seguida, o conselheiro Francisco, expõe que não tem clareza para que o município faça a adesão; ressalta que as pessoas privadas de liberdade são esquecidas pelo restante da população, fala sobre a importância em se discutir dentro do Conselho Municipal de Saúde, e pensar em políticas públicas específicas a essas pessoas, buscar que os presos se profissionalizem para quando sair da cadeia. Carla expõe que de acordo com a fala da senhora Maria Helena, a Secretaria Municipal já vem fazendo os atendimentos, e a mesma acredita que o recurso só viria a somar, expõe que sabe que o valor não paga todos os gastos em saúde, mas vem como um complemento: concorda com a fala do conselheiro Francisco, coloca para aprovação a realização de uma nova reunião para a análise da portaria do PNAISP, sendo aprovado por todos. Em continuidade a pauta, Alejandro inicia a apresentação dos ajustes no Plano Municipal de Saúde de 2018 - 2021, explica que os ajustes foram realizados devido as ações efetuadas no enfrentamento a pandemia de COVID-19, acordo com a de nota n°7/2020/CGFIP/DGIP/SE/MS; relata que os ajustes constam na 6ª diretriz com os objetivos específicos, sendo elaboradas 14 metas que correspondem às respectivas ações e estratégias, explicando uma a uma. Em seguida, o conselheiro Francisco fala da importância em se ter as alterações registradas, para ficar como memória do período; o conselheiro Jair, parabeniza as ações e o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Saúde; A Doutora Ysmari, relembra que em alguns municípios vizinhos algumas pessoas morreram esperando atendimento, e que em Irati isso não aconteceu. Após, Carla coloca para aprovação os ajustes do Plano, e relembra que todos receberam os documentos que estão sendo apresentados, no e-mail e no grupo de WhatsApp, sendo aprovado por todos. Em continuidade, Alejandro realiza a apresentação da Programação Anual de Saúde de 2021, relata que a programação anual de saúde, completa o ciclo do Plano Municipal de 2018-2021, as diretrizes estabelecidas, os objetivos, as metas e ações e seus respectivos recursos orçamentários, foram elaborados em consonância a lei de diretrizes orçamentarias de 2021, e em conformidade com o Plano Municipal; expõe que esta programação busca também a melhoria do atendimento realizado pelas equipes, elevando dessa forma a



94

95

96

97

98

99

100 101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139 140

## Conselho Municipal de Saúde

Leis 2812 - 2813/08 - 4650/19

Rua Coronel Pires, n°826 – CAM – Centro- 84500-059/IRATI-PR e-mail: <a href="mailto:conselhosaudeiratipr@gmail.com">conselhosaudeiratipr@gmail.com</a> FONE: (42) 3132-6211

qualidade dos serviços de saúde prestados aos usuários do SUS. Relata que a Programação conta com oito diretrizes, sendo elas: diretriz 1: garantia de acesso, sendo elaboradas 31 metas e 32 ações propostas; diretriz 2: implementação dos componentes da Rede Materno Infantil, sendo elaboradas 18 metas e 18 ações propostas; diretriz 3: implantação da Rede de Atenção à Saúde da pessoa idosa, sendo elaboradas 6 metas e 6 ações propostas; diretriz 4: fortalecimento da Rede de Saúde Mental, para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e dos dependentes do crack e outras drogas, sendo elaboradas 3 metas e 3 ações propostas; diretriz 5: vigilância em saúde (ambiental, sanitária, do trabalhador e epidemiológica), sendo elaboradas 49 metas e 49 ações propostas; diretriz 6: garantia da assistência farmacêutica no âmbito do SUS, sendo elaboradas 14 metas e 14 ações propostas; diretriz 7: Implementação dos Componentes da Rede de Atenção à Urgência e Emergência, sendo elaboras 3 metas e 3 ações propostas; diretriz 8: prevenção, controle e combate a pandemia de COVID-19, sendo elaboras 14 metas e 35 ações propostas; relata que essa programação entra também nos orçamentos anuais, despesas por fonte de recurso, segundo a lei nº9755/98 instrucão normativa 28 art. 2º inciso IX e X. Após apresentação da metas, Alejandro explica que todas as metas vão entrar no relatório anual da Secretaria Municipal de Saúde, que será apresentado ao Conselho no próximo ano; expõe que todos os documentos apresentados serão anexados no DigiSUS; Carla aproveita o momento e expõe que não tem acesso ao sistema, relata que já buscou ajuda e continua sem acesso; Alejandro se prontifica a tentar ajudar. Em continuidade, o conselheiro Jair, expôs que quando era presidente, foi solicitado que a cada 90 dias, os médicos da atenção básica se reunissem para discutir a atenção primária; relata que na sua comunidade tem uma menina com deficiência, que o médico receitou um aparelho para utilizar durante a noite, para ajudar na filtração do gás oxigênio, relata que está em processo no Estado a destinação desse aparelho; expõe que o médico não fez o relatório e o mesmo teve que ir atrás do médico para ele fazer esse relatório. Carla expõe que na Conferência será discutido, porque às vezes parece que os médicos não estão fazendo o seu serviço, relata que o problema é que tanto no hospital quanto na Secretaria de Saúde, existe um protocolo para começar os encaminhamentos. Em seguida, Leandro explica que acontece muito de as pessoas levarem seus documentos para agendar a consulta especializada, e questionar quanto tempo vai demorar para o atendimento, e por vezes, por achar demorado, vão até a administração e pedem para que sejam passadas na frente; ressalta que essa pratica é ilegal, explica que mesmo que a pessoa seja passada na frente, irá passar por um processo de auditoria, onde será avaliado se essa pessoa irá continuar na fila normal ou em uma fila menor; Jussara explica que se o pedido do aparelho passou para a 4ª Regional, a mesma não pode fazer mais nada. Em seguida, o conselheiro Francisco expõe que deveria ser pensado alguns protocolos diferentes, e usa como exemplo, o encaminhamento direto dos idosos ao auditor, para que o mesmo avalie a possibilidade de encaminhar para outra fila; relata que outro problema é com as clinicas particulares conveniadas, pois, quando o paciente vai até a clínica consultar, o médico pede diversos exames, alguns necessários e outros somente para que a clínica tenha algum lucro; fala sobre a necessidade em criar um protocolo para que as clinicas sejam mais assertivas. Jussara explica que uma consulta especializada, por exemplo, de um cardiologista, custa R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais), porém a consulta sai em torno de R\$ 621,00 (seiscentos e vinte e um reais) com os exames que são solicitados pelo profissional; explica que é por conta disso que o município opta por mandar os pacientes para atendimento em outros municípios, pois acaba sendo mais barato para o município; o



FONE: (42)3907-3151

141

142

143

144

145

146

147148

149

150

151 152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186 187

## Conselho Municipal de Saúde

Leis 2812 - 2813/08 - 4650/19

Rua Coronel Pires, n°826 – CAM – Centro- 84500-059/IRATI-PR e-mail: <a href="mailto:conselhosaudeiratipr@gmail.com">conselhosaudeiratipr@gmail.com</a> FONE: (42) 3132-6211

conselheiro Francisco, questiona se não há a possibilidade em pagar mais na consulta, para que o paciente seja realmente examinado e não seja solicitado tantos exames. Em seguida, Carla coloca para aprovação a Programação Anual de Saúde do ano de 2021, sendo aprovado por todos. Em seguida, (4ª regional) expõe que concorda com todas as falas, relata que todos os dias a 4ª Regional está em contato com a SESA para rever os fluxos e melhorar; relata que deve existir uma fiscalização mínima no andamento dos atendimentos. Em seguida, Carla questiona como será o funcionamento do Hospital Erasto Gaertner com a mudança de prédio; (4ª) explica que o problema é que o hospital é gerenciado pelo município de Curitiba, e quem define as vagas é o município de Curitiba, não o Estado. Em continuidade, Carla pede licença para se retirar da reunião e passa a cadeira da presidência para o representante do Observatório Social, senhor Leonel, para que o mesmo dê andamento à reunião. Em seguida, Mariana solicita que seja adiantado a pauta sobre o calendário, explica que a Casa dos Conselhos estará fechada no mês de janeiro para a realização da organização administrativa; esclarece que seguindo os calendários anteriores, a mesma organizou o calendário de reuniões de 2022 para a continuação das reuniões na segunda guarta-feira de todo mês, explicando que a primeira reunião do ano será no dia 09/02/2022, porém, se surgir algum assunto que precise ser discutido, poderá ser agendada uma reunião extraordinária nas últimas semanas de janeiro. Em seguida, Leonel coloca para aprovação o calendário de reuniões, sendo aprovado por todos. Após, Maria Helena questiona a Secretaria de Saúde, se a Programação Anual de Saúde e o Plano Municipal, possuem ações voltadas à população privada de liberdade, população de rua e demais populações que fazem parte da política de equidade; Ysmari explica que para o plano do próximo ano será discutido e incluso ações voltadas a essas populações. Em continuidade a pauta, Leonel fala sobre o oficio n°246/2021 encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, que solicita a aprovação da reforma da Unidade de Saúde de Gonçalves Junior; expõe a importância de o Conselho receber um cronograma do que será realizado na unidade; Jussara explica que a aprovação é para que o município receba a verba, e após o recebimento da verba, a engenharia cria o projeto do que pode ser feito com o valor recebido; relata que após a criação do projeto, será encaminhado ao Conselho para aprovação: explica que o credenciamento para o recebimento dos recursos é um processo rápido e que a mesma tem poucos dias para juntar as documentações, por isso não consegue mandar o plano em anexo ao ofício; explica que a aprovação do Conselho é um dos documentos que devem ser mandados ao Estado. Leonel solicita que nos ofícios seja incluso que posteriormente a secretaria encaminhará ao Conselho o projeto da reforma, coloca para aprovação a reforma da Unidade de Saúde de Gonçalves Junior no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) com recursos advindos do Estado, sendo aprovado por todos. Em seguida, o conselheiro Ivan, expõe que achou muito pertinente a fala do conselheiro Leonel e concorda que deve constar em ata que a Secretaria irá encaminhar o plano e o projeto da obra ao Conselho. Em continuidade, Leonel passa a palavra para a professora e coordenadora do curso técnico de enfermagem do Colégio João XXIII, senhora Ninfa, a qual esclarece que trouxe os alunos para a reunião, como parte do estágio de vigilância em Saúde, para que os mesmos compreendam como é o trabalho do Conselho Municipal de Saúde. Em seguida, Sidnei informa que está sendo votado na Câmara dos Deputados Federais, o projeto referente à regulamentação do piso salarial da enfermagem; explica que se trata de um projeto muito importante, porém, foi criado o projeto e não foi viabilizado os recursos para o pagamento; esclarece que as Santas Casas, a nível de Brasil, não possuem recursos para o pagamento; explica que se



# Conselho Municipal de Saúde

Leis 2812 - 2813/08 - 4650/19

Rua Coronel Pires,  $n^{\circ}826-CAM-Centro-84500-059/IRATI-PR$  e-mail: <a href="mailto:conselhosaudeiratipr@gmail.com">conselhosaudeiratipr@gmail.com</a> FONE: (42) 3132-6211

a lei for aprovada, a Santa Casa de Irati terá o impacto no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); se aprovada a redução da carga horaria dos profissionais para 30 horas, será necessário a contratação de novos profissionais, causando um impacto de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); Leonel fala da importância em se pensar no desemprego que acarretará com a mudança da lei; concorda com o aumento, mas expõe que deveria acontecer um estudo dos impactos, fala da importância do subsidio que deverá ser feito pelos governos estaduais e federal. Sem mais assuntos a tratar, o vice-presidente Leonel encerrou a reunião, e eu, Mariana do Carmo Bueno da Rocha, redigi e assinei a presente ata com a presidente, e os demais conselheiros assinaram o livro de registro.